

Opinião pública e transição democrática: uma análise comparada de Brasil e Argentina

Public opinion and democratic transition: a comparative analysis from Brazil and Argentina

Jaqueline da Silva Borges¹

Flávia Bozza Martins²

Resumo: O trabalho tem por premissa investigar a percepção da democracia por parte da opinião pública. Partimos da hipótese de que quanto mais lento o processo de redemocratização, pós-ditadura militar, mais lentos tendem a ser os processos que a) vêm a legitimar a democracia de fato, enquanto instituição e b) mais lento é o processo de responsabilização dos atos ocorridos na ditadura. Desse modo, pretendemos analisar em que medida a opinião pública de dois países que passaram por processos distintos de redemocratização (o Brasil, com uma transição lenta e gradual e a Argentina, com uma ruptura) acompanha essa lógica de transição, no que se refere à adesão à democracia. Isto é, intentamos responder à questão: a opinião pública da Argentina tende a ser menos tolerante à ditadura militar e conferir maior legitimidade ao regime democrático do que a brasileira? Para tanto, fazemos uso do banco de dados quantitativos Barômetro das Américas de 2012, que nos permite traçar o comparativo desejado.

Palavras-chave: Transição democrática; Adesão à democracia; América Latina.

Abstract: This paper aims at investigating public opinion perception of democracy. We set out from the hypothesis that the slower the process of redemocratization, after the military dictatorship, the slower tend to be the processes which come to legitimize de facto democracy, as an institution, and the

1 Mestranda pelo PPG em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. jaquelineborges06@gmail.com

2 Doutoranda pelo Departamento de Ciência Política do IESP/UERJ. Mestre pelo PPG em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. bozza.fla@gmail.com

slower the process of accountability of acts that took place during the military regime. Thus, we intend to analyze in which sense public opinion of two countries that have gone through different processes of redemocratization (Brazil, with a slow and gradual transition; and Argentina, with a rupture) follows the same logics of these transitions, especially regarding endorsement of democracy. In this sense, we aim at responding the question: Public opinion in Argentina tends to be less tolerant of its military regime and to grant more legitimacy to the democratic regime than Brazilian public opinion? In order to do so, we will utilize Barômetro das Américas quantitative data, which will allow us to delineate our proposal.

Key-words: Democratic transition; Endorsement of democracy; Latin America.

1. Introdução

As indagações que movem essa pesquisa dizem respeito à adesão à democracia por parte da opinião pública na Argentina e no Brasil. Tendo ambos passado por regimes ditatoriais-militares em períodos aproximados de tempo, o que se intenta saber é como essa experiência culminou na opinião pública.

Apesar de Brasil e Argentina terem vivenciado regimes autoritários, houve diferenças na forma como esses se desenvolveram e, por consequência, na forma como os mesmos cessaram, dando lugar a um regime democrático. Analisa-se, assim, comparativamente, uma Argentina que contou com uma ditadura nada institucionalizada, mais violenta e que passou por uma transição abrupta, distinta da ditadura brasileira, com normas formais instituídas, que contou com atos de violência e tortura, porém em número menor, e dotado de transição para democracia de forma lenta e gradual.

Tendo isso, o artigo visa investigar em que medida a opinião pública de dois países que passaram por processos distintos de redemocratização, acompanha essa lógica de transição, de acordo com o desenho institucional desenvolvido. Ou seja, considerando regimes ditatoriais militares que se desenrolaram com diferenças marcantes, o que se intenta é averiguar se essas diferenças impactaram na maneira que - atualmente, após 24 anos de experiência democrática no Brasil e 31 anos de experiência democrática na Argentina - a opinião pública desses dois países percebe a democracia. A hipótese é a de que no caso onde a ditadura foi

mais violenta e ainda mais privativa das liberdades políticas, há uma maior tendência a haver intolerância a regimes autoritários e maior apego à democracia, tanto em seu caráter normativo quanto prático. Destarte, o trabalho pretende responder à seguinte questão: a opinião pública da Argentina tende a ser menos tolerante à ditadura militar e conferir maior legitimidade ao regime democrático do que a brasileira?

Para tanto, através do banco de dados quantitativos Barômetro das Américas, aplicados no Brasil e na Argentina no ano de 2012, foram selecionadas questões que testam a adesão normativa à democracia, em detrimento de outras formas de governo, incluindo o governo autoritário e, posteriormente, a consistência de tal adesão, para a verificação de que nível de democracia está sendo entendido pelo eleitor, bem como sob que circunstâncias ela deve ser mantida. A fim de contemplar o caráter prático de adesão à democracia foram selecionadas questões que mensuram a confiança nas instituições políticas, tais como Justiça Eleitoral, Congresso Nacional e Partidos Políticos. A escolha do ano do questionário aplicado se justifica pelo fato de intentarmos testar a adesão à democracia e tolerância a regimes autoritários atualmente. Ademais, para os objetivos do presente trabalho, o banco de dados do Barômetro das Américas pareceu-nos adequado, por trazer as variáveis que nos interessavam empiricamente, permitindo os testes que orientaram este estudo.

É importante lembrar que foge do escopo desse trabalho o “tipo” de democracia que temos ou desejamos. Considera-se, aqui, a democracia procedimental de Dahl (1997), enquanto procedimento de escolha de governantes, que garante liberdades políticas, como contestação e participação pública. A relevância dessa pesquisa se fundamenta na importância da legitimidade da democracia por parte da opinião pública, como meio de garantir estabilidade ao regime (Dahl, 1997, Meneguello, 2010).

Sendo assim, o artigo se apresentará sob o seguinte modo: apresentamos brevemente, na segunda seção, as principais correntes da Ciência Política que tratam das transições dos regimes ditatoriais-militares para os regimes democráticos, e também explicitamos qual dessas correntes orientará a nossa análise. Segue-se daí para um registro breve dos principais pontos ocorridos

nesses períodos ditatoriais no Brasil e na Argentina, que contribuem para o estudo. Na sequência será abordada a transição para a democracia e sua relação com a opinião pública, onde sintetizamos alguns dados apresentados por estudiosos da área em 1990. Na quarta seção, por sua vez, tem-se a exposição e a análise dos dados que embasaram empiricamente esse trabalho. Por fim, pretende-se fazer algumas considerações acerca da relevância de tal temática para entendimento de processos de consolidação democrática.

2. Formas de transição e adesão democrática

Vários países da América Latina centralizam na década de oitenta um marco no que se refere à passagem de regimes ditatoriais-militares para regimes democráticos. Foram esses os casos, por exemplo, do Brasil, da Argentina, do Uruguai e do Chile. Essa sequência de fatos foi amplamente debatida pelos teóricos da área da Ciência Política, que se debruçaram na temática a fim de investigar como e porque se deram essas mudanças, bem como as particularidades de cada caso, adaptados em diferentes contextos. A série de estudos e teorias que versam sobre a questão é chamada, por muitos autores, de “transitologia”, que se refere ao estudo da transição dos regimes políticos e à redemocratização.

As explicações acerca das transições podem ser divididas e subdivididas entre as seguintes categorias: explicações políticas das transições, onde há – de um lado – a explicação pelo conflito intraelites e – de outro – explicação de ordem institucional. E, ainda, explicações sociais das transições, englobando – de um lado – explicação de ordem econômica e – de outro – explicações de cultura política e mobilização social (Tribess, 2012). Faremos, nessa seção, uma abordagem breve a respeito das principais características e pontuais diferenças entre cada uma dessas correntes, explicitando, em um segundo momento, qual delas o trabalho adotará para fundamentar teoricamente nossas análises.

As explicações sociais das transições são dotadas de autores que consideram irreal a hipótese que atribui apenas ao poder político a responsabilidade pelos processos de transições. Segundo os mesmos, não é

possível considerar as ações individuais, já que os atores agem em grupo. E agem, em suma, pressionados por condições contextuais, de ordem econômica e também social.

Uma das vertentes de explicação social, nomeadamente, a explicação econômica, passa a colocar o desenvolvimento econômico como peça central no que se refere à transição dos regimes. Com isso, o Brasil, contando com sucesso econômico no início do regime, o “milagre brasileiro” na década de setenta (até 1973, com o início da crise do petróleo), teria maior controle no processo de abertura do regime. A Argentina, em contrapartida, que contou com insucesso econômico (crises com alta da inflação e índice elevado de desemprego, teria gerado grande descontentamento com o regime e forte oposição, retirando da mão dos militares o controle no processo de transição (Novaro e Palermo, 2007, p. 289). Ademais, outros estudos dentro dessa corrente (Przeworski e Limongi, 1988 *apud* Tribess 2012)³ apontam as crises econômicas ocorridas nos dois países em 1979 como responsáveis por esse processo.

As explicações de cultura política e mobilização social das transições, a segunda vertente dentro da corrente explicativa de ordem social, enfatiza a cultura política⁴ dos países para explicar o processo. Avritzer (1995 *apud* Tribess, 2012)⁵ demonstra que a transição da democracia não se dá, exclusivamente, via mudança de governo. A transição atinge, também, atores políticos e sociais, além das instituições. Segundo o autor, os movimentos sociais cumpriram papel importante no processo de abertura do regime, já que havia uma cultura política democrática na sociedade que não estava em consonância com o governo. O processo de transição teria sido, segundo o autor, um equilíbrio entre esses dois enfoques.

3 PRZEWORSKI, Adam e LIMONGI, Fernando (1998). “Democracia e desenvolvimento na América do Sul, 1946-1988”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 9, n. 24. pp. 31-48

4 De acordo com Almond e Verba (1963) a Cultura Política seria um “conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos” (Bobbio, 2000. p. 306). Deste modo, a cultura política seria definida pelos autores como um conjunto de orientações políticas que dizem respeito ao sistema político e ao papel do indivíduo nele inserido, sendo, portanto, o sistema político internalizado pelos indivíduos, em suas cognições, sentimentos e avaliações (Almond e Verba, 1963, pp.12-13).

5 AVRITZER, Leonardo (1995). “Cultura política, atores sociais e democratização: uma crítica às teorias da transição para a democracia”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 10, n. 28.

Especificamente ao que se refere ao caso Brasil e Argentina, objetos centrais da nossa análise, contamos com uma sociedade argentina mais social e politicamente ativa do que a sociedade civil do Brasil no período de ditadura. Assim, tal sociedade, mais engajada politicamente, retiraria total e abruptamente das mãos dos militares o controle no processo de transição. O Brasil, por seu turno, com menor mobilização social, não teria conseguido retirar totalmente esse processo das mãos dos militares, que conseguiram conduzi-lo com maior poder do que no caso argentino (Tribess, 2012).

Já as explicações políticas das transições priorizam as variáveis políticas enquanto variáveis explicativas. Privilegiam as instituições ou atores políticos como foco das análises. Para Codato (2005), os modelos de referência macroestrutural (ou variáveis de ordem econômica e social) foram questionados por não parecerem suficientes para explicar a transição política.

De acordo com Tribess (2012) a obra organizada por O'Donnell *et al.* (1988 *apud* Tribess, 2012)⁶, é fundamentada pelas decisões individuais ou de pequenos grupos de atores na cena política⁷. Em um cenário de incertezas geradas pela crise política, a atuação das elites e o conflito intraelites são a base de explicação dessas transições, sendo uma das explicações de ordem política. O conflito entre os chamados “duros” e “brandos” e as crises por ele geradas, formariam a variável independente dos processos das transições dessa premissa. Enfatizando, portanto, fatores micropolíticos, em detrimento de fatores macroestruturais, Codato (2005) evidencia as principais características dessa abordagem.

Essa nova geração de trabalhos, que poderia ser agrupada sob o título pouco eufônico, mas bem preciso, de “transitologia” possui três características que a distinguem das análises macro-orientadas: (i) ênfase no estudo dos atores políticos – seus interesses, valores, estratégias etc. (em sintonia com a teoria da escolha racional e o individualismo metodológico; em oposição, portanto, às explicações classistas); (ii) destaque para os fatores endógenos de cada país no estudo do curso do processo de transição (e não a fatores globais do tipo “transformações no processo de acumulação capitalista”); e (iii) adoção de um conceito minimalista e pouco exigente de “democracia” (à la Schumpeter: a democracia é um método de seleção de lideranças), única

6 O'DONNELL, Guillermo, SCHMITTER, Philippe e WHITEHEAD, Laurence. (orgs) (1988). *Transições do regime autoritário: Comparações e Perspectivas*. São Paulo: Vértice.

7 Essa obra tem caráter seminal entre os estudos da explicação pelo conflito intra-elites.

forma, imaginou-se, de dar conta de uma série de casos bastante diferentes entre si (Codato, 2005 p. 85).

Desse modo, para os autores representantes dessa abordagem, as explicações estruturais não poderiam aparecer como o fulcro das transições, pois essa mudança significava, justamente, uma reorganização da estrutura vigente. Assim, a autonomia dos atores é fundamental para esse entendimento. O consenso entre “duros” e “brandos” a respeito de qual seria o melhor momento para a abertura do regime é o que traz a maior contradição no interior desse grupo.

Ainda com foco em variáveis explicativas de ordem política, a explicação institucional das transições atribui às instituições o papel principal nos processos de transições políticas. Ou seja, a forma como o regime organizou o seu desenho institucional durante a ditadura militar, refletiu diretamente em como e porque se desenrolou a transição política nos diferentes contextos. Característica desses estudos é o de não atribuir exclusivamente às instituições a função de explicar a transição, mas sim, somando esse a outros fatores conjunturais, elas viriam: tanto a a) culminar na forma que se deu a transição; quanto a b) influenciar na democracia desenvolvida após esse período (Tribess, 2012). Com isso, a forma que se desenvolveu a democracia no Brasil e na Argentina se apresentaria de modo distinto. Isso porque o caso do Brasil contou com uma maior “continuidade institucional”, como a permanência do Congresso (embora o mesmo tenha sido fechado por mais de uma vez durante o regime militar), a permissão da existência de um partido de oposição, no caso, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) (ainda que fosse uma oposição controlada minuciosamente pelos militares), dentre outros fatores a serem explorados mais adiante, ao longo desse trabalho. O que diverge do caso argentino, caracterizado pela supressão de quaisquer instituições democráticas que existiam, sequer pró-forma.

As diferenças institucionais supramencionadas culminariam, também, na diferença dos processos transicionais. Pereira (2010 *apud* Tribess, 2012)⁸ aponta que havia no Brasil uma maior preocupação com a legitimação do regime

8 PEREIRA, Anthony W (2010). *Ditadura e repressão*. São Paulo: Paz e Terra.

ditatorial-militar do que na Argentina o que permitiu aos militares brasileiros o controle político existente no processo de transição.

Acreditando que essas correntes não sejam excludentes e que as transições de regime podem se dar através de uma combinação de diversos fatores, assumimos para esse trabalho as instituições enquanto variáveis explicativas das transições. Dessa forma, não pretendemos tirar dos outros pontos (economia, cultura política e conflitos intraelites) a sua contribuição, mas, admitir que as instituições detiveram maior peso nesse cenário.

Entretanto, estamos de acordo com Moisés (2010) quando o mesmo aponta para o entrelaçamento entre as esferas macro e micro de comportamentos. A esfera macro, representada pelas instituições formais, enquanto “meios de realização de princípios e valores adotados pela sociedade” (Moisés, 2010) e a esfera micro, representada por comportamentos individuais (vindo a ser captada pelas pesquisas de opinião pública). É importante ressaltar que aqui a direção da causalidade é mútua, sendo as instituições causa, mas também efeito da cultura política (Lijphart, 1980; Street, 1994; Rennó, 1998 *apud* Moisés 2008)⁹. Assim, as normas, princípios e valores enraizados na cultura política vêm a impactar na arquitetura das instituições, enquanto essas, por seu turno, vêm a refletir no comportamento político dos indivíduos.

Tendo em vista a contribuição das teorias institucionalista e culturalista para a compreensão desse estudo, utilizamos as dimensões analíticas, como aponta Moisés (2010), prática e normativa de adesão à democracia. Do ponto de vista analítico, essas duas dimensões distintas se revelam da seguinte maneira: a dimensão normativa diz respeito a valores e apego à democracia (enquanto ideal), muitas vezes representada por meio de um apoio difuso ao regime. Por sua vez, a dimensão prática diz respeito à satisfação com o regime, avaliação institucional e, ainda, confiança nas instituições enquanto detentoras da capacidade de responsividade às demandas sociais.

9 LIJPHART, A. “The Structure of Inference”. In: ALMOND, G. e VERBA, S. (orgs) (1980). *The Civic Culture Revisited*. Boston: Little, Brown and Company, pp. 37-56.; STREET, J. (1994). “Political culture: from the civic culture to mass culture”. *British Journal of Political Science*, v. 1, n. 24, pp. 95-113.; e RENNÓ, L. R. (1998). “Teoria da cultura política: vícios e virtudes”. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 45, pp.71-92.

Nesse cenário, a avaliação e confiança institucional exercem impacto importante sobre a adesão à democracia, enquanto regime, dando a ele legitimidade e mostram-se como variáveis relevantes a serem consideradas, enquanto variáveis explicativas da dimensão prática de adesão à democracia (Meneguello, 2010).

As pesquisas referentes à América Latina têm apontado, no entanto, frequente descompasso existente entre um crescente apego à democracia enquanto valor (apoio difuso) caminhando em consonância com uma baixa satisfação com o funcionamento do regime, através de suas instituições (Moisés, 2005; Norris, 1999; Lagos, 2000; Gunther e Montero 2003 apud Veiga, et al., 2012)¹⁰. Essa ambivalência política (Moisés, 2010) ou posicionamento híbrido (Meneguello, 2010) são sensações intensificadas, quando avaliados países de recente experiência democrática, que trazem uma cultura política própria das transições, com alguns – mais ou menos intensos – resquícios de autoritarismo e posicionamentos inconsistentes diante do tema (Moisés, 2010; Meneguello, 2010; Muszynski e Teixeira Mendes, 1990).

Partindo desse pressuposto, no qual, segundo Veiga, Bragatto e Nicolás (2012, p. 07) “tanto as atitudes e disposições formadas durante a socialização dos indivíduos, quanto a avaliação fruto de suas experiências com as instituições seriam determinantes para considerar a adesão à democracia”, seguimos para o estudo dos casos. Propomo-nos a entender, portanto, como essa experiência com o regime ditatorial-militar e suas instituições refletiram na adesão à democracia no Brasil e na Argentina, através do viés normativo, bem como do viés prático.

10 MOISÉS, José Álvaro (2005). “Confiança e Instituições Democráticas”. *Lua Nova, Revista de Cultura e Política*. São Paulo, n. 65, pp. 71-94.; NORRIS, Pippa (1999). “Introduction: The Growth of Critical Citizens and Its Consequences”. *Critical Citizens*, Oxford; LAGOS, M (2003). “A Máscara Sorridente da América Latina”. *Opinião Pública*, Campinas, v. 6, n. 1, pp.1-16.; e GUNTHER, R.; MONTERO, J. R. “Legitimidade Política em Novas Democracias”. *Revista Opinião Pública*, v. 9, n. 1, pp. 01-43.

3. Autoritarismo e opinião pública

3.1. Ditadura militar argentina e brasileira

Como apontam Fausto e Devoto (2004), tanto o regime militar argentino quanto o brasileiro, são caracterizados por O'Donnell (1975) como casos típicos de Estado Burocrático- Autoritário, que buscaram estabilidade econômica e reordenamento da ordem.

O golpe de estado argentino ocorreu em 1976, com a instauração do que foi chamado de “Processo de Reorganização Nacional” (Tribess, 2012, p. 13), que visava sanar problemáticas da Argentina, findando tal regime em 1982 com a Guerra das Malvinas.

De acordo com cronologia proposta por Codato (2005), o regime ditatorial-militar no Brasil teve início em 01 de março de 1964 com o golpe de Estado e se finda com a consolidação do regime liberal-democrático em 1989, com a posse do presidente eleito Fernando Collor de Mello. O golpe de 1964 marcou a alteração da função política militar ao promover uma intervenção constante, enquanto um “[...] movimento institucional das Forças Armadas” (O'Donnell, 1975; Cardoso, 1972 *apud* Codato, 2005, p 86)¹¹. Como Tribess (2012) aponta, o cenário econômico e político brasileiro em 1964 era marcado por crise e os militares discursavam em prol da paz e crescimento econômico, obtendo, assim, apoio de classes dominantes. Seguindo a periodização compreendida por Codato (2005), a primeira fase de constituição de regime abrange o governo de Castello Branco e Costa e Silva (março de 1964 a dezembro de 1968). A fase de consolidação do regime ditatorial-militar refere-se ao governo de Médici (setembro de 1969 a junho de 1973).

Uma das diferenças características entre o período autoritário brasileiro e o período autoritário argentino reside no fato de que na Argentina houve uma grande supressão das instituições políticas, enquanto que no Brasil não houve a aniquilação completa das instituições: o presidente militar argentino tinha sua

11 O'DONNELL, G (1974). *Reflexiones sobre las tendencias de cambio del Estado Burocrático-autoritário*. Buenos Aires: CLACSO; CARDOSO, F.H (1972). *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. São Paulo: Difel.

ação limitada pela Junta de Comandantes enquanto que no caso brasileiro verifica-se uma continuidade institucional, já que o alto-comandante do exército e forças armadas escolhiam o presidente, mas esse tinha assegurado seu direito de exercer o poder. Além dessa maior liberdade do ocupante do executivo em exercer sua função, verifica-se no regime ditatorial brasileiro a instauração de regras para sucessão presidencial, a presença de uma oposição consentida (MDB), e, além disso, o sistema legislativo em funcionamento, ainda que fragilizado. O Congresso brasileiro, destarte, se apresentou como um meio utilizado pela oposição e outros grupos de interesses para expressar suas posições. Cabe dizer também que entre 1964 e 1985 houve eleições para ocupação de cargos no legislativo e executivo municipal. No que se refere à configuração da legislação eleitoral brasileira, essa

[...] foi alterada de forma drástica, com a extinção dos antigos partidos, a instauração do bipartidarismo e o fechamento de diversos órgãos representativos, apesar da manutenção de eleições para o Congresso (Tribess, 2012, p. 12).

O funcionamento de tais aparatos institucionais no decorrer do regime ditatorial brasileiro se apresenta como um fator relevante tanto para a legitimação da ordem imposta como também para evitar possíveis crises, ao estabelecer um canal de diálogo com a oposição. Além disso, tais mecanismos presentes no regime ditatorial brasileiro, tornam possível uma transição para a democracia de modo mais negociada e controlada.

Mas de qualquer modo, Fausto e Devoto (2004) salientam que apesar de haver práticas de caráter autoritário, como a privação da liberdade de expressão e ação truculenta do Exército, o caso do Brasil contou com um regime que se fundou na combinação de crescimento econômico acelerado, com práticas limitadas de uma democracia representativa. Questões essas que poderiam, em certa medida, explicar a homogeneidade e menor quantidade de crise, que caracteriza o regime ditatorial brasileiro quando se compara ao caso argentino, tendo em vista o desenho institucional que está ausente neste último e não asseguram espaço para negociação com a oposição, bem como não cria condições para legitimação do

regime autoritário. Cabe pontuar também que tal cenário argentino, pela ruptura institucional, não permite uma transição de regime negociada.

É possível perceber a existência de um conjunto de regras que, além de garantir estabilidade e legitimidade para o regime brasileiro e segurar as pressões políticas, permitiu o funcionamento de instituições com traços de uma democracia liberal. Inclusive, Fausto e Devoto (2004) apontam que havia segmentos militares que defendiam a possibilidade de uma “democracia restrita”.

No caso argentino, em contraposição ao caso brasileiro, conforme já mencionado, este desenho institucional fora suspenso: não houve representatividade parlamentar, a base de governo foi formada pela repressão ao invés de cooptação da elite política em eleições e houve maior incidência de crise, na medida em que não teve aparatos institucionais que permitia a negociação com a oposição. Além disso, no caso argentino,

Todos os partidos, sindicatos, agremiações e qualquer atividade de cunho político foram proibidos, além da repressão contra artistas, escritores, intelectuais e contra a imprensa. Mesmo as frações econômicas mais importantes do país foram excluídas das negociações e das decisões políticas (Tribess, 2012, p. 13).

Assim, salienta-se a diferença entre os regimes ditatoriais dos países em questão na medida em que no caso brasileiro verifica-se maior institucionalização de práticas de uma democracia liberal, ao ter efetivado um sistema bipartidário e eleições diretas para alguns cargos, ressignificando tais desenhos institucionais e legitimando o sistema vigente, o que não ocorre na Argentina, já que esta tentou criar novos arranjos institucionais e/ou suspender os já existentes. Tal diferença na condução do regime ditatorial trará reflexos relevantes no processo de transição para a democracia, como será visto na sequência.

Outra questão que merece ser pontuada refere-se à atuação dos meios de comunicação na ditadura. Como Abreu (2005) aponta, embora os meios de comunicação brasileiros durante o regime militar tenham passado por um processo intenso de modernização, houve também práticas de censura por e uma preocupação, por parte dos militares, de transpor uma “ideologia da segurança

nacional” (Abreu, 2005, p. 53). Embora se reconheça casos de meios de comunicações que tentaram noticiar casos de repressão, por uma questão de dependência financeira do Estado, proprietários de veículos midiáticos cederam à imposição de censura, que operou fortemente com a instauração do Ato Institucional número 5 (AI-5). Tendo em vista o potencial de alcance dos veículos de comunicação, ter estes sob controle do regime, era de essencial relevância para legitimação da ordem imposta.

Talvez por um processo de maior exposição dos casos de repressão, quando se estabelece uma comparação entre as ditaduras ocorridas no Brasil e a Argentina, esta última aparenta ser a mais violenta, com maior número de relatos de tortura, de prisão e de desaparecimentos.

No Brasil, inclusive, além do seu caráter mais institucionalizado e alto grau de privação da liberdade de expressão, percebe-se que há a busca por legitimação do regime ditatorial pela lei, ao haver julgamentos realizados pela justiça.

O governo de Geisel (março de 1974 a março de 1979) no Brasil remete às transformações do regime ditatorial-militar em direção a um modelo democrático. A quarta fase, demarcada por Codato (2005) para apreensão do processo de transição, marca a desagregação do regime ditatorial-militar com o governo Figueiredo, em 1979 e em 1985 verifica-se a transição para um regime liberal democrático, com controle militar.

De forma lenta e gradual, a liberalização política iniciada no Brasil fez com que fosse possível o controle por parte de dirigentes autoritários neste processo, bem como sua manutenção e, inclusive, sua participação no meio político após democratização. Como ilustrativo disso, poder-se-ia citar o espaço e legitimação ocupada pelas Forças Armadas, como também, medidas que previam anistia aos torturadores no período pós-ditatorial (Arturi, 2001). Como Codato (2005) aponta, a abertura do regime foi um fenômeno que contou com a iniciativa dos próprios militares e não da sociedade civil, além de estar atrelada à “[...] necessidade dos próprios militares resolverem problemas internos à corporação, e não a uma súbita conversão democrática de parte do oficialato” (idem, p. 83).

Impulsionaram tal movimento de transição também fatores como

a pressão das oposições, fortalecidas com os êxitos do MDB nas grandes cidades; o importante papel da Igreja na denúncia da tortura; as greves desfechadas pelo novo sindicalismo; os desentendimentos entre os setores civis que apoiavam o regime. Mas o fator central – ao menos no início do processo de abertura – foram os problemas no interior das Forças Armadas, do Exército em particular (Fausto e Devoto, 2004, p.454).

Além destas questões, associações tradicionais na defesa das liberdades democráticas como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e transformação na sociedade e em suas formas de organização (como o sindicalismo) impulsionaram a transição de regime em direção a um modelo democrático.

Estamos de acordo com Arturi (2001), que compreende a dissolução do regime autoritário brasileiro entre meados 1974 a 1985, tendo como principal marca o desenvolvimento de meios para um continuísmo da lógica vigente, e adequação dos agentes opositores às regras que irão se estabelecer. Tais práticas vieram a ter suas consequências na fase de construção democrática durante a gestão do Sarney (1985-1990) em que houve a promulgação da Constituição de 1988 e a expansão do sufrágio universal, garantindo os direitos dos analfabetos em 1985. Marcando um período que pode ser compreendido como o início consolidação democrática brasileira, em 1989 houve a realização de eleições diretas em que foi eleito, como presidente do Brasil, Fernando Collor de Mello.

No caso argentino pode-se compreender como o início da transição a rearticulação de partidos e sindicatos em 1979, ou a gestão encabeçada por General Viola em 1981. Há aqueles autores que consideram a transição do regime militar para um regime democrático com a guerra das Malvinas em 1982 (Tribess, 2012). Contrariando o caso brasileiro com uma transição lenta e gradual, verifica-se no caso argentino, ao ter como ponto de referência a Guerra das Malvinas, uma transição brusca, onde derrota neste conflito com a Grã-Bretanha, e a falta de legitimação do regime ditatorial e meios institucionais para negociação com a oposição não permitiram que os militares negociassem sua retirada. Dentre os propósitos dos militares para a conquista das ilhas Malvinas, poder-se-ia citar

[...] a unificação das forças armadas para um objetivo comum; a conquista da legitimidade do regime pela obtenção de um reclamo antigo da população; a conquista de passagem para o Pacífico – perda no conflito com o Chile em 1978. (Tribess, 2012, p. 13)

Assim, com o resultado de tal disputa e desagregação do regime militar, o general Reynaldo Bognone convocou as eleições livres e diretas em outubro de 1983, e elegeu Raúl Afonsín da União Cívica Radical (UCR), marcando, portanto, o fim da transição para o regime democrático. Uma comissão fundada em 1984 fez o levantamento de nove mil mortes, mas que seriam trinta mil, de acordo com uma organização defensora dos direitos humanos. Houve também movimentos a fim de julgar e punir os responsáveis pelas violências praticadas. A discussão acerca do resgate à memória foi muito mais efetiva e rápida na realidade argentina do que no Brasil.

Como Fico (2012) aponta, cerca de dez anos após o encerramento da ditadura brasileira, em 1995, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso deu como mortas aquelas pessoas que se encontravam desaparecidas no período ditatorial. Em 2001 formou-se uma Comissão de anistia a fim de analisar casos de pessoas que solicitavam indenização por conta do regime autoritário. A discussão acerca da abertura dos documentos secretos, para além do interesse de historiadores, tem sido sustentada por aqueles que verificam ali um meio de resgate à memória. Um exemplo dessa necessidade se verifica na localização de corpos de militantes que fizeram parte de um levante popular em meados de 1970, denominado “Guerrilha do Araguaia” e que foi duramente repreendido pelo Exército Brasileiro (Fico, 2012).

Com a instauração da Comissão da Verdade, e a lei brasileira que assegura o acesso às Informações Públicas, faz-se possível mensurar o grau de violência e prejuízos ocasionados por tal regime autoritário. Cabe salientar, todavia, que em decorrência da Lei da Anistia de 1979, não haverá possibilidade de punição por esta Comissão Nacional da Verdade.

3.2. O impacto do autoritarismo sobre a adesão democrática

Feita a elucidação desse cenário, podemos ressaltar alguns impactos dos referidos contextos na opinião pública, assinalados pela literatura.

No que se refere aos estudos sobre adesão à democracia na América Latina em perspectiva comparada, podemos destacar a pesquisa de, Muszynski e Teixeira Mendes (1990) que, por meio de uma análise comparativa entre Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, objetivam identificar o posicionamento da opinião pública diante do regime democrático. Mostram, com dados de 1988, que tanto a Argentina quanto o Chile apresentam maior adesão à democracia (a democracia é preferível a qualquer forma de governo), com 74% e 62%, respectivamente, quando se compara ao caso brasileiro (43%).

Trazer esse panorama oferecido pelos autores nos pareceu relevante, visto que podemos compreender a percepção do eleitor diante da temática em quatro países que compartilham um passado autoritário – dois deles sendo os eleitos para os estudos de caso da presente pesquisa. Além disso, as variáveis mobilizadas para o estudo de Muszynski e Teixeira Mendes (1990) nos orientaram, do ponto de vista operacional, para as análises empíricas do comparativo Brasil e Argentina que será apresentado a seguir.

Como Muszynski e Teixeira Mendes (1990) elucidam, ser favorável às práticas democráticas é o mesmo que “[...] comprar um pacote básico de valores” (*idem*, p. 65), ou seja, o indivíduo que se posiciona favorável ao regime democrático

Deve acatar as decisões da maioria, aceitar a existência de tendências ideológicas diversas e a expressão de interesses diferentes dos seus, submeter-se a leis que o definam como cidadão, com os mesmos direitos que todos os outros, respeitar a alternância de poder, etc. (*idem, ibidem*)

Quando se averigua questões atinentes ao direito e à capacidade do cidadão na esfera política, os brasileiros, em comparativo com a Argentina, Chile e Uruguai, tendem a ter os maiores percentuais entre os que defendem que o povo não sabe

votar e não deveria ter a chance de ocupar cargos eletivos. Quando questionados sobre a admissão de retorno do regime militar, 40% dos brasileiros respondem afirmativo contra 15% de argentinos e 6% de uruguaios, apontando para uma maior tendência ao autoritarismo presente entre o eleitorado brasileiro. Os autores explicam tais percentuais não só pelas expectativas de mudança socioeconômica em torno da ascensão de um governo democrático como também pelo fato de “[...] o trauma político comparativamente maior gerado pelos governos militares na Argentina, no Chile e no Uruguai” (Muszynski e Teixeira Mendes, 1990, p. 71). Ou seja,

[...] o desempenho administrativo desses governos é avaliado de maneira mais positiva no Brasil, sendo menos acentuada a percepção das consequências políticas do autoritarismo. Em consequência, é menos ampla, no Brasil, a rejeição ao governo militar (*idem, ibidem*).

Para além da verificação da adesão à democracia e tolerância ao autoritarismo ou práticas autoritárias, Muszynski e Teixeira Mendes (1990) buscam avaliar a consistência dos valores expostos pelos brasileiros, como forma de compreender em que medida essa adesão democrática se sustenta. Para tanto, a partir de dados do DataFolha de 1989, os autores consideraram as seguintes questões: a) no Brasil só deveriam votar as pessoas com estudos; b) a democracia é perigosa porque pode provocar desordens; c) o governo tem o direito de fechar o Congresso nacional; d) o governo tem o direito de intervir nos sindicatos; e) o governo tem o direito de proibir a existência de partidos; f) o país seria bem melhor se só existisse um partido político. Aqueles que discordassem de todos os pontos seriam democratas consistentes, e aqueles que concordassem com todas afirmativas seriam antidemocratas consistentes.

Os resultados apontam que 51% da população brasileira foi considerada inconsistente (ou seja, discordaram de três afirmativas e concordaram com três afirmativas). Apenas 11% foram enquadrados como democratas consistentes. Dentre os que consideravam a democracia a melhor forma de regime (43%), 40%

se mostraram inconsistentes e apenas 17% foram considerados democratas consistentes.

Assim, exposta a discussão teórica acerca da transição, bem como reflexos de variáveis institucionais na percepção da opinião pública quanto a legitimidade da democracia, caberia averiguar se este cenário se confirma após mais de vinte anos de consolidação democrática nos países em estudo. Portanto, faz-se na sequência uma exposição acerca das divergências institucionais entre Brasil e Argentina, para então verificar como este contexto se relaciona com a adesão a democracia.

Assim exposto, portanto, e tendo em vista o marco teórico em uso, estabelecem-se as seguintes hipóteses:

- No caso brasileiro devido à presença de desenhos institucionais, que continham alguns traços de uma democracia deliberativa, no decorrer do período autoritário, espera-se que, quando comparado ao caso argentino, tenha-se uma menor adesão à democracia, seja esta de caráter prático e normativo, na medida em que maior será a tolerância ao regime autoritário. A presença estável das instituições, nesse caso, teria contribuído para deixar resquícios autoritários nas instituições políticas e, portanto, no comportamento político dos indivíduos.

- No caso argentino, em decorrência da ruptura institucional que ocorreu durante o período ditatorial, espera-se que, quando comparado ao caso brasileiro, tenha-se maior adesão à democracia, seja esta de caráter prático e normativo, na medida em que menor será a tolerância ao regime autoritário. A ruptura no desenho institucional, desse modo, viria a ser benéfico para um efetivo apoio ao regime político democrático.

4. Adeção democrática no Brasil e Argentina em 2012

4.1. Metodologia

Para aferir as variáveis independentes que embasaram esse estudo, foram retiradas as seguintes questões do banco de dados Barômetro das Américas – Argentina e Brasil, ambos de 2012:

- a) Intentando medir a adesão normativa à democracia, utilizamos as seguintes perguntas: 1) *Com qual das seguintes três frases o(a) sr./sra. Está mais de acordo: 1.1 Para pessoas como eu, tanto faz um regime democrático ou um não democrático, ou; 1.2 A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo, ou; 1.3 Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático;* Intentando inferir que nível de democracia está sendo entendido pela opinião pública, foram selecionadas essas perguntas: 2) *Pode haver democracia sem que existam partidos políticos. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?* 3) *Para que o país tenha progresso, é necessário que nossos presidentes limitem a voz e o voto dos partidos da oposição. O (a) sr./sra. Concorda ou discorda dessa frase? E, 4) O(A) sr./sra. acredita que quando o país está enfrentando dificuldades é justificável que o presidente da república feche o Congresso e governe sem o Congresso?*

As respostas referentes à questão 1 (1.1;1.2;1.3) poderiam variar entre essas três alternativas apresentadas, além daquelas “não sabe” ou “não respondeu” que foram consideradas *missings*.

As respostas das questões referentes às questões 2 e 3 estavam, originalmente no banco de dados, apresentadas sob forma escalar, que variavam de 1 a 7, sendo que 1 significa “discorda muito” e 7 significa “concorda muito”. No entanto, decidimos pela categorização das mesmas, por considerarmos que, de modo categorizado, elas aumentariam o potencial da análise, pois viabilizariam de melhor maneira o processo comparativo. Assim, aquelas respostas que foram de 1 a 3 foram categorizadas como “discorda”, As respostas 4 foram categorizadas como “indiferente” e as atribuições de valor de 5 a 7 foram consideradas “concorda”. Havia, ainda, aquelas “não sabe” ou “não respondeu” que foram consideradas *missings*.

As respostas da questão 4 eram as alternativas “justifica-se” ou “não se justifica”; além daquelas “não sabe” ou “não respondeu” que foram consideradas *missings*.

b) Intentando medir a adesão prática à democracia, utilizamos as seguintes perguntas:

1) *Até que ponto o(a) sr./sra. tem confiança na Justiça Eleitoral?*; 2) *Até que ponto o(a) sr./sra. tem confiança no Congresso Nacional?* E 3) *Até que ponto o(a) sr./sra. tem confiança nos partidos políticos?*

As respostas a essas questões que correspondem ao item b) estavam apresentadas, inicialmente, de maneira escalar, podendo variar de 1 a 7, sendo que um significa nenhuma confiança e sete significa muita confiança. Optamos, novamente, pela categorização. Assim, as variáveis foram categorizadas da seguinte maneira: aqueles atribuíram valores de 1 e 2 como confiança institucional, foram considerados como detentores de baixo índice de confiança. Aqueles que atribuíram valores 3 e 4, foram considerados como detentores de médio nível de confiança. E, por fim, aqueles que atribuíram os valores de 5 a 7, foram considerados detentores de alto nível de confiança institucional. Havia, ainda, aquelas “não sabe” ou “não respondeu” que foram consideradas *missings*.

4.2. Adesão normativa

Ao traçarmos um comparativo da adesão normativa à democracia entre brasileiros e argentinos, a tabela 01 nos demonstra que na Argentina há tanto um maior apego ao regime democrático quanto uma maior intolerância a um governo autoritário do que no Brasil. Os valores de qui-quadrado de Pearson nos são úteis para esta análise, pois identificam determinada concentração na distribuição dos casos. Quanto mais alto for esse valor, maior é a concentração. Os resíduos, nesse sentido, indicam, assim, o número de casos esperados em cada categoria e o número de ocorrências, abaixo ou acima do esperado. Tendo isso, percebemos que o caso brasileiro se distribui de maneira mais dispersa. Enquanto que na Argentina, há uma maior concentração de casos na categoria que afirma ser “a democracia preferível a qualquer outra forma de governo”, com 81,91%. Além disso, há no Brasil um percentual mais elevado de pessoas que admitem que “em

algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a uma democracia”, contando com 18,43% do total de casos, contra apenas 10,43% que se situam nessa mesma categoria, na Argentina. Os valores residuais, corroborando para essa análise, também demonstram que a opinião pública está mais pulverizada no Brasil e mais concentrada na Argentina, como se pode observar, por exemplo, pelo alto valor residual da categoria onde concentra o maior percentual argentino, se comparado à mesma categoria brasileira.

Tabela 1. Adesão À Democracia

	<i>ARGENTINA</i>			<i>BRASIL</i>		
	N	%	Resíduo	N	%	Resíduo
Tanto faz um regime democrático ou um não democrático	111	7,67%	-371,7	215	15,60%	-244,3
A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo	1186	81,91%	703,3	909	65,97%	449,7
Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a uma democracia	151	10,43%	-331,7	254	18,43%	-205,3
Total	1448			1378		

Fonte: Barômetro das Américas, 2012 - Argentina: Sig: 0,000, Qui-quadrado de Pearson: 1538,985. N esperado: 482,7; Brasil: Sig 0,000, Qui-quadrado de Pearson: 661,961. N esperado 459,3.

Nesse sentido, é possível inferir uma relação entre a experiência vivenciada no período ditatorial militar, mais violenta e mais autoritária na Argentina, resultando numa maior aversão aos governos autoritários e, sendo assim, maior apego à democracia. Bem como uma maior tolerância à possibilidade de um regime autoritário e menor adesão democrática no Brasil, possivelmente pelo legado da ditadura não ter sido tão negativo quanto aquele percebido pelos argentinos. O quadro é semelhante àquele verificado por Muszynski e Teixeira Mendes (1990).

Vistas as diferenças entre Brasil e Argentina no que se refere à adesão normativa à democracia, cabe, na sequência, averiguar a consistência do posicionamento de respondentes que consideram que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo. Quando questionado quanto à possibilidade de

haver democracia sem a existência de partidos verifica-se, como exposto na tabela 02, que no caso argentino 60,78% discorda de tal afirmativa, contra 50,29% dos respondentes brasileiros. Dentre os que concordam, o maior percentual está entre os brasileiros com 34,92%. No caso argentino esse percentual cai para 28,07%. Ou seja, 65,97% dos brasileiros que preferem a democracia a qualquer outra forma de governo, quando comparado com o caso argentino no ponto em questão tendem a ser menos coerentes e apontam, mais uma vez, inconsistência em suas preferências, na medida em que os partidos políticos são ferramentas de alta relevância para o funcionamento de um regime devidamente democrático, tal como exposto no estudo de Muszynski e Teixeira Mendes (1990).

Tabela 2. Pode Haver Democracia Sem Que Existam Partidos Políticos

	ARGENTINA			BRASIL		
	N	%	Resíduo	N	%	Resíduo
Discorda	682	60,78%	308,0	432	50,29%	145,7
Indiferente	125	11,14%	-249,0	127	14,78%	-159,3
Concorda	315	28,07%	-59,0	300	34,92%	13,7
Total	1122			859		

Fonte: Barômetro das Américas, 2012 - Argentina: Sig: 0,000, Qui-quadrado de Pearson: 428,733. N esperado: 374,0; Brasil: Sig 0,000. Qui-quadrado de Pearson: 163,420. N Esperado: 286,3.

A tabela 03 nos aponta que os respondentes da Argentina que consideram que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo, em sua maioria, discordam da necessidade de limitar a atuação da oposição para o progresso da nação, somando quase 70% dos casos. No Brasil esse percentual é reduzido para 54,32%, mostrando, também certa inconsistência, ao se posicionarem favorável a uma prática que não é democrática, que seria a existência de uma oposição efetiva (Dahl, 1997).

Tabela 3. Para Que O País Tenha Progresso, É Necessário Que Nossos Presidentes Limitem A Voz E O Voto Dos Partidos Da Oposição.

	ARGENTINA			BRASIL		
	N	%	Resíduo	N	%	Resíduo
Discorda	779	69,99%	408,0	459	54,32%	177,3
Indiferente	101	9,07%	-270,0	147	17,40%	-134,7
Concorda	233	20,93%	-138,0	239	28,28%	-42,7
Total	1113			845		

Fonte: Barômetro das Américas, 2012 - Argentina: Sig: 0,000, Qui-quadrado de Pearson: 696,518. N esperado: 371,0; Brasil: Sig 0,000. Qui-quadrado de Pearson: 182,495. N Esperado: 281,7.

Tabela 4. É Justificável que o Presidente da República feche o Congresso e Governe sem o Congresso?

	ARGENTINA			BRASIL		
	N	%	Resíduo	N	%	Resíduo
Justifica-se	106	9,48%	-453,0	117	13,39%	-320,0
Não se justifica	1012	90,52%	453,0	757	86,61%	320,0
Total	1118			874		

Fonte: Barômetro das Américas, 2012 - Argentina: Sig: 0,000, Qui-quadrado de Pearson: 734,200. N esperado: 559,0; Brasil: Sig 0,000. Qui-quadrado de Pearson: 468,650. N Esperado: 437,0.

Na tabela 04 percebemos que, apesar de nos dois países a maioria considerar injustificável, sob qualquer hipótese, que o Presidente da República feche o Congresso Nacional, o percentual de brasileiros que admitem essa possibilidade é maior do que o percentual de argentinos. 13,39% e 9,48% respectivamente. Esses dados, mais uma vez, apontam para uma maior consistência democrática Argentina, se comparada ao Brasil.

4.3. Adeção prática

Na tentativa de incorporar a esta discussão o aspecto institucional, com a adesão prática ao sistema democrático, faz-se pertinente analisar a confiança nas instituições¹² políticas, enquanto formas de legitimação do sistema político,

12 As instituições consideradas aqui são aquelas de caráter exclusivamente políticos (Justiça Eleitoral; Partidos Políticos e Congresso Nacional).

conforme pressuposto pela literatura (Moisés, 2010; Meneguello, 2010; Veiga, Bragatto e Nicolás, 2012).

Em análise à confiança na Justiça Eleitoral percebe-se, preliminarmente, uma tendência que aponta que no caso brasileiro a amostra se distribui de acordo com o esperado, não havendo concentrações em nenhuma das gradações de confiança. O que quer dizer que há distribuição uniforme, sobre o qual não é possível inferir nenhum padrão de comportamento político do brasileiro no que diz respeito à confiança na Justiça Eleitoral. No caso da Argentina, por sua vez, haveria uma concentração, acima do esperado, entre aqueles que demonstraram terem uma alta confiança no funcionamento da justiça eleitoral, com 43,61%. Na categoria referente à baixa confiança, destarte, apresenta uma ausência de casos, na medida em que apenas 22,65% dos argentinos enquadraram-se nessa resposta.

Assim, tal cenário vem a corroborar com a nossa expectativa de que no caso argentino haveria maior confiança na Justiça Eleitoral. Esse maior nível de confiança atribuída no caso argentino, de acordo com Meneguello (2010) aparece como um indicativo da legitimidade da instituição sobre a qual o sistema político está fundamentado. Tal avaliação subjetiva aponta para o fato da Justiça Eleitoral ser considerada, por parte significativa entre os argentinos, apropriada para a estruturação do sistema político. Desta forma, a legitimidade conferida à instituição representa percepção do funcionamento do sistema democrático.

Tabela 05. Confiança Na Justiça Eleitoral

	Argentina			Brasil		
	N	%	Resíduos	N	%	Resíduos
Baixa	333	22,65%	-157.0	499	33,51%	2.7
Média	496	33,74%	6.0	489	32,84%	-7.3
Alta	641	43,61%	151.0	501	33,65%	4.7
Total	1470	100,00%		1489	100,00%	

Fonte: Barômetro das Américas, 2012 - Argentina: Sig: 0,000, Qui-quadrado de Pearson: 96,910. N esperado: 490,00; Brasil: Sig 0,920, Qui-quadrado de Pearson: 0,167. N esperado 496,3.

Numa democracia de caráter representativo, os partidos políticos vêm a ser uma instituição de alta relevância, na medida em que intermedeiam a relação entre

sociedade e Estado, além de assegurar a representação de interesses na esfera política. Assim, pontuar a respeito de sua credibilidade faz-se importante. Os dados demonstram para certa tendência de maior confiança desta instituição no caso argentino. Ainda que 41,34% tiveram suas respostas enquadradas como baixa confiança entre os argentinos, esse percentual eleva-se para 47,98% entre os brasileiros. Os resíduos apontam na mesma direção, indicando uma presença acima do esperado no caso brasileiro (esperava-se 492,7 casos e a categoria em questão obteve 713 casos, apontando a concentração de casos estatisticamente significativa). Como ocorre em análise à Justiça Eleitoral, entre aqueles que detêm alta confiança nos partidos políticos, o maior percentual é entre os argentinos com 23,48%, contra 17,56%. De todo modo, é importante ressaltar que, ainda que em menor escala, quando comparado ao Brasil, tem-se um resíduo negativo entre aqueles argentinos que detêm confiança alta na instituição em questão, mostrando que há uma tendência às respostas não se concentrarem nessa categoria.

Tabela 06. Confiança Nos Partidos Políticos

	Argentina			Brasil		
	N	%	Resíduos	N	%	Resíduos
Baixa	611	41,34%	118.3	713	47,98%	217.7
Média	520	35,18%	27.3	512	34,45%	16.7
Alta	347	23,48%	-145.7	261	17,56%	-234.3
Total	1478	100,00%		1486	100,00%	

Fonte: Barômetro das Américas, 2012 - Argentina: Sig: 0,000, Qui-quadrado de Pearson: 73,008. N esperado: 492,7; Brasil: Sig 0,000, Qui-quadrado de Pearson: 207,070. N esperado 495,3.

Em relação ao Congresso Nacional, por sua vez, os dados apontam para um padrão inverso nos países em análise.

Tabela 07. Confiança No Congresso Nacional

Argentina				Brasil		
	N	%	Resíduos	N	%	Resíduos
Baixa	386	26,58%	-98.0	530	35,81%	36.7
Média	518	35,67%	34.0	518	35,00%	24.7
Alta	548	37,74%	64.0	432	29,19%	-61.3
Total	1452	100,00%		1480	100,00%	

Fonte: Barômetro das Américas, 2012 - Argentina: Sig: 0,000, Qui-quadrado de Pearson: 30,694. N esperado: 484,0; Brasil: Sig 0,003, Qui-quadrado de Pearson: 11,584. N esperado 493,3.

Enquanto que no Brasil tende a haver uma concentração de casos entre aqueles que apresentam baixa confiança, somando 35,81%, no caso da Argentina, por seu turno, verifica-se uma ausência de casos, de acordo com a distribuição esperada, com 26,58%. Dentre aqueles que apresentam uma confiança média verifica-se aproximações percentuais. Dentre aqueles que apresentam alta confiança no Congresso, 37,74% dos argentinos sobressaem aos 29,18% do caso brasileiro. Ou seja, os brasileiros tendem a confiar menos no Congresso Nacional, do que os Argentinos, fator este que, em certa medida, corrobora nossa hipótese acerca do processo de legitimidade das instituições políticas serem distintos, e por consequência, haver a diferenciação quanto à legitimação do sistema, evidenciada não somente pelos dados que se referem à adesão normativa da democracia, enquanto ideal, mas também apontada através da adesão prática, posto que os argentinos tendem a confiar mais em suas instituições do que os brasileiros, o que denota uma maior satisfação com o funcionamento do regime democrático.

5. Considerações finais

O objetivo desse texto foi averiguar em que medida a opinião pública de dois países que passaram por regimes ditatoriais-militares distintos, bem como por transições democráticas distintas, foi afetada por esses contornos institucionais.

A literatura sobre o tema embasou nosso pressuposto de que Brasil e Argentina teriam níveis de adesão à democracia diferenciados, sendo que a adesão, aqui, foi entendida como a consonância de abordagens institucionalista e culturalista, dando origem a duas noções do ponto de vista empírico: adesão normativa (de valor) e a adesão prática (por meio da confiança nas instituições). Com base nelas é que orientamos as análises empíricas desse estudo.

Verificou-se que, conforme pressupunha a nossa hipótese de pesquisa, os argentinos tendem a ter mais adesão à democracia do que os brasileiros. E isso se reflete de dois modos: a) quando a maioria prefere a democracia a qualquer outro regime e b) no que se refere à consistência da preferência pela democracia. Além disso, a preferência pelo sistema democrático, na Argentina, se revela de maneira mais consistente, já que, além da adesão da democracia enquanto um ideal, há, ainda, uma maior confiança nas instituições políticas. Isso quer dizer que a Argentina não só é menos tolerante a um regime autoritário, quanto esses que preferem a democracia a qualquer outro regime, também demonstram consistência na sua preferência quando questionados sobre pontos mais específicos, que viriam a caracterizar um sistema democrático, defendendo uma democracia que conta com contestação política e participação pública. A adesão prática também é maior na Argentina, verificada através dos níveis de confiança nas instituições políticas, que aferem maior legitimidade ao regime democrático. Os brasileiros, por seu turno, concentram um percentual de 65,97% respondentes que consideram a democracia a melhor forma de governo. Entretanto essa parcela, quando questionada sobre pontos específicos, é bastante dividida e, em análise comparada, mais brasileiros se apresentam de forma contrária a práticas fundamentais da democracia, apresentando posicionamentos de inconsistência, de acordo com os termos de Muszynski e Teixeira Mendes (1990).

Ressaltamos, além disso, que o presente estudo confirma pesquisas anteriores que apresentam a ambivalência política existente no comportamento político dos indivíduos da América Latina. Tal ambivalência é percebida por meio do descompasso existente entre adesão à democracia como ideal ou valor e satisfação com o regime através de suas instituições de representação política (Moisés, 2010; Meneguello, 2010; Veiga, Bragatto e Nicolás, 2012).

Tanto no caso argentino, como no caso brasileiro, tem-se uma opinião pública que avalia positivamente a democracia de maneira mais efetiva do que avalia as instituições políticas, fator esse percebido pelos níveis de desconfiança institucional. Há a defesa do regime como um modelo a ser aplicado, mas não há, necessariamente, uma boa análise de responsividade institucional. Nossos achados corroboram o argumento da literatura, sugerindo que para a garantia de maior legitimidade do regime democrático, faz-se necessária a elevação dos níveis de confiança nas instituições atribuídos pela opinião pública. Para Moisés (2010), essa elevação seria proveniente de uma maior responsividade por parte das instituições políticas. O comportamento político dos indivíduos, por meio da participação, também pode favorecer a garantia do *accountability* social pelos cidadãos. Nesse sentido, apesar de não se encontrar no escopo dessa pesquisa, é válido, ainda, ressaltar, que a participação política também impacta sobre a arquitetura institucional, devido a sua relação bidirecional. A intensidade dessa relação se apresenta como um frutífero campo de futuras análises.

Referências

- ABREU, Alzira Alves de (2005). “A mídia na transição democrática brasileira mídia na transição democrática brasileira”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Oeiras, n. 48, maio, pp. 53-65
- ARTURI, Carlos S (2001). ‘O debate teórico sobre mudança de regime político: O caso brasileiro’. *Revista de Sociologia e Política*, n. 17, nov., pp. 11-31.
- CODATO, Adriano Nervo (2005). “Uma História Política Da Transição Brasileira: Da Ditadura Militar À Democracia”. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, n. 25, nov., pp. 83-106.
- DAHL, Robert (1997). *Poliarquia – Participação e Oposição*. São Paulo: UNESP.
- FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando J. (2004). *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada*. São Paulo: Editora 34.
- FICO, Carlos (2012). “História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro”. *Varia hist.*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, jun., pp. 43-59.

MENEGUELLO, Rachel (2010). “Cultura política e representação: dados sobre a adesão democrática e a conexão eleitoral”. *Cadernos ASLEGIS*, n. 40, mai/ago., pp 133-146.

MOISÉS, José Alvaro (2008). “Cultura Política, Instituições E Democracia: Lições da experiência brasileira”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, fev., pp. 11-43.

MOISÉS, José Álvaro (2010). “Cultura política, Instituições e Democracia – lições da experiência brasileira”. In: MOISÉS, José Álvaro (2010). *Democracia e Confiança: Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?*. São Paulo: Edusp.

MUSZYNSKI, Judith; MENDES, Antônio Manuel Teixeira (1990). “Democratização e opinião pública no Brasil”. In: LAMOUNIER, Bolívar (org). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Sumaré.

NOVARO, Marcelo e PALERMO, Vicente (2007). *A Ditadura militar argentina 1976-1983: do golpe de Estado à restauração democrática*. São Paulo: UNESP.

SKOCPOL, Theda e SOMERS, Margaret (1997). “The Uses of Comparative History in Macrosocial Inquiry”. In: SKOCPOL, Theda (org). *Social Revolutions in the Modern World*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 72-95.

TRIBESS, Camila (2012). *Considerações Teóricas Sobre As Transições Políticas no Brasil e na Argentina*. Dissertação de Mestrado. Apresentada no Programa de Pós Graduação em Ciência Política da UFPR.

VEIGA, Luciana; BRAGATTO, Rachel C. e NICOLÁS, Maria Alejandra (2012). “A experiência da ditadura importa? Apontamentos sobre a relação entre idade e adesão à democracia”. *Paper apresentado no 8º Encontro da ABPC*, Gramado/RS, ago.

VITULLO, Gabriel E (2006). “As teorias da democratização frente às democracias latino-americanas realmente existentes”. *Opinião Pública*, Campinas, v. 12, n. 12, nov., pp. 348-377.